

2019

DOCUMENTO ORIENTADOR

EDUCAÇÃO INTEGRAL E INTEGRADA
ENSINO FUNDAMENTAL

Coordenação da Política de Educação Integral e Integrada
Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais
18/03/2019



Governo do Estado de Minas Gerais

Romeu Zema Neto

Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais

Julia Figueiredo Goytacaz Sant'Anna

Subsecretaria de Desenvolvimento da Educação de Minas Gerais

Geniana Guimarães Faria

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO.....	1
2. PROPOSTA PEDAGÓGICA	2
2.1 Currículo Integrado	2
2.2 O Currículo Integrado nas Escolas Estaduais de Minas Gerais em 20192	
2.3 Campos de Integração Curricular	3
3. ORGANIZAÇÃO DO CURRÍCULO, TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES.....	3
3.1 Campo de Integração Curricular Acompanhamento Pedagógico - Alfabetização e Letramento, Língua Portuguesa e Matemática.....	9
3.2 Campo de Integração Curricular – Educação para a Cidadania e Direitos Humanos	10
3.3 Campo de Integração Curricular – Projetos de Pesquisa e Inovação Tecnológica	14
3.4 Campo de Integração Curricular – Esporte e Lazer	15
3.5 Campo de Integração Curricular – Cultura e Artes	15
3.6 Campo de Integração Curricular – Histórias e Memórias das comunidades tradicionais	15
3.7 Campo de Integração Curricular – Educação Ambiental e Agroecologia 16	
4. DIÁLOGOS ABERTOS COM A CIDADE NA PROPOSTA PEDAGÓGICA DA EDUCAÇÃO INTEGRAL E INTEGRADA.....	17
5. AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO.....	18
5.1 A avaliação contínua.....	19
6. ESTRUTURA DA EDUCAÇÃO INTEGRAL E INTEGRADA	24

6.1	Registro das informações	24
6.2	Frequência escolar.....	26
6.3	Os profissionais da Educação Integral e Integrada	26
6.4	Equipe gestora e professor coordenador	27
6.5	Perfil dos profissionais da Educação Integral e Integrada.....	28
6.6	Financiamento da Educação Integral e Integrada	31
7.	<i>ORIENTAÇÕES DE OPERACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO INTEGRAL E INTEGRADA – 2019.....</i>	32
7.1	Quantitativo de estudantes, turmas e professores na Educação Integral e Integrada no Ensino Fundamental	35
7.2	Distribuição da carga horária.....	36
8.	<i>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</i>	37
	<i>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</i>	38

1. APRESENTAÇÃO

A Política de Educação Integral e Integrada, estabelecida pelo Decreto nº 47.227/2017, foi uma conquista a partir da visão e perspectiva de atendimento aos estudantes das escolas estaduais de Minas Gerais, que:

“(…) visa a assegurar o acesso e a permanência dos estudantes na educação básica, com a melhoria da qualidade do ensino e o respeito à diversidade, garantindo-se as condições necessárias ao desenvolvimento dos diversos saberes e habilidades pelos estudantes e a ampliação da oferta da jornada em tempo integral, em consonância com as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação” (Artigo 1º, Decreto nº 47.227/2017).

Para garantir a Política de Educação Integral e Integrada, é necessário muito esforço e compromisso, uma vez que a permanência dos estudantes em uma carga horária ampliada é uma ação complexa que exige o apoio estrutural (financeiro e pedagógico) dos órgãos públicos, a organização e a administração da Gestão Escolar, a atuação eficaz de toda Gestão Pedagógica e principalmente, a participação dos estudantes.

Assim, apresentamos o Documento Orientador da Educação Integral e Integrada de Minas para o Ensino Fundamental que, considerando as diferenças territoriais e as necessidades de cada escola, traz uma proposta pedagógica que visa a melhoria da aprendizagem, a formação integral e a inclusão social de crianças e adolescentes, propiciando-lhes oportunidades de desenvolvimento humano e de exercício efetivo da cidadania, por meio de experimentações pedagógicas.

Esse Documento oferece subsídios para a atuação dos docentes que atuarão na Educação Integral e Integrada, apresentando as diretrizes e orientações gerais que norteiam a formação plena de nossos estudantes.

2. PROPOSTA PEDAGÓGICA

2.1 Currículo Integrado

Na perspectiva do Projeto Pedagógico, o **currículo integrado** é aquele que pode e deve ser praticado por todos os atores educativos da comunidade escolar, sejam eles gestores, pedagogos, professores da Educação Básica, educadores sociais ou outros que atuem na escola com os professores e os estudantes, desde que este currículo seja amplamente discutido e construído com a participação de todos.

Organizar uma proposta pedagógica na perspectiva do currículo integrado consiste em construir uma nova postura pedagógica, que rompa com a sua estrutura fragmentada, adotando uma abordagem integradora que traga os estudantes para o centro do processo de formação e que conecte a sua experiência escolar à experiência social.

2.2O Currículo Integrado nas Escolas Estaduais de Minas Gerais em 2019

A escola que ofertar a Educação Integral e Integrada no Ensino Fundamental em 2019 deverá, portanto, desenvolver um currículo integrado e interdimensional, no qual o estudante atue como sujeito, construtor de aprendizagens integradas que façam sentido para ele. Aqui chamamos de currículo interdimensional, aquele que possibilita o exercício dos quatro pilares da Educação, segundo a Comissão Internacional sobre Educação da UNESCO¹: o aprender a conhecer, o aprender a ser, o aprender a fazer e o aprender a viver.

A finalidade geral da ampliação da jornada é proporcionar aos estudantes a efetiva associação entre a formação básica e outros conteúdos e experiências, garantindo-lhes a melhoria da aprendizagem em todas as áreas do conhecimento, e o desenvolvimento de habilidades que ampliem o letramento em Língua Portuguesa e em Matemática.

¹ DELORS, Jacques (org.). Educação um tesouro a descobrir – Relatório para a Unesco da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI. Editora Cortez, 7ª edição, 2012.

A Educação Integral é um processo educativo que parte do reconhecimento do estudante como sujeito sociocultural e da necessidade da prática educativa em diálogo com a realidade e com os saberes presentes nos territórios. Nessa visão, a escola dialoga com o bairro e com a cidade, formando uma rede educativa.

2.3 Campos de Integração Curricular

Um **Campo de Integração Curricular (CIC)** se configura em um conjunto de atividades pedagógicas e coletivas nas quais os conhecimentos e saberes são desenvolvidos de forma integrada, relacionando-os com os conceitos e conteúdos trabalhados nos componentes curriculares da base comum.

Um campo de integração curricular, portanto, permite pensar para além da sala de aula teórica e reconhecer práticas e aprendizagens que podem ser realizadas em outros espaços que não apenas os espaços convencionais de ensino. Ademais, é possível trazer aos estudantes possibilidades de desenvolver competências e habilidades que os fortalecem enquanto sujeitos, oferecendo-lhes condições de experimentar diferentes aprendizagens que os ajudarão na composição de seus projetos de vida.

3. ORGANIZAÇÃO DO CURRÍCULO, TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES

O Currículo da Educação Integral e Integrada do Ensino Fundamental para 2019 foi reestruturado a partir da perspectiva dos **Campos de Integração Curricular** apresentados abaixo:

- I. Acompanhamento Pedagógico (Obrigatório);**
- II. Educação para a Cidadania (Obrigatório);**
- III. Projeto de Pesquisa e Inovação Tecnológica;**
- IV. Esporte e Lazer;**
- V. Cultura e Artes;**
- VI. Memória e História das comunidades tradicionais;**
- VII. Educação Ambiental e Agroecologia.**

As escolas de Educação Integral e Integrada adotarão um currículo que expande a carga horária mínima em 20 horas aulas semanais no contra turno. Assim, os componentes curriculares correspondentes à Base Nacional Curricular Comum (BNCC) serão ofertados em um turno e no contra turno teremos a parte flexível do currículo com a oferta obrigatória de:

- 04 aulas de Acompanhamento Pedagógico (foco na alfabetização e letramento e em Língua Portuguesa);
- 04 aulas de Acompanhamento Pedagógico (foco na Matemática);
- 02 aulas de Acompanhamento Pedagógico (Biblioteca e Espaços de Leituras);
- 02 aulas de Educação para a Cidadania.

Haverá também a oferta de 08 aulas dos demais Campos de Integração Curricular não obrigatórios, que serão escolhidos pela escola conforme suas necessidades locais, interesse dos estudantes e possibilidade de contratação de pessoal.

Caberá à escola a definição dos Campos de Integração Curricular não obrigatórios e dos critérios de enturmação respaldados pelo colegiado escolar, de acordo com a possibilidade de contratação/designação de professores, tendo limite máximo de 25 estudantes por turma.

As oficinas que compõem os Campos de Integração Curricular estão descritas no quadro a seguir:

Campos de Integração Curricular e Atividades

CICs não obrigatórios	Educação Ambiental e Agroecologia	Cultura e Artes	História e Memória das Comunidades Tradicionais	Projeto de Pesquisa e Inovação Tecnológica	Esporte e Lazer	Educação para a Cidadania	Acompanhamento Pedagógico
	Pesquisa ambiental	Artesanato popular	Artesanato indígena	Robótica	Futsal		
	Horta Escolar	Danças	Danças indígenas	Iniciação científica	Futebol		
	Construções sustentáveis	Teatro	Culinária tradicional	Construções e introdução à engenharia	Handebol		
	Oficinas e reciclagem	Música	A saúde: cura e medicina das comunidades tradicionais	Jogos digitais	Vôlei		
	Brinquedos sustentáveis	Pintura	Construções tradicionais	Empreendedorismo	Judô		
	Técnicas de agricultura familiar	Capoeira	História das religiões e da fé: credences nos povos tradicionais	Informática: Banco de dados	Ginástica rítmica		
	Recursos hídricos e aquaecologia	Percussão		Criação de sites	Atletismo		
				Pesquisação	Xadrez		

CICs obrigatórios	Educação para a Cidadania e Direitos Humanos	Acompanhamento Pedagógico (Alfabetização e letramento e Língua Portuguesa)
	Educação para o Consumo	Acompanhamento Pedagógico em Matemática
	Educação Fiscal e Financeira	Biblioteca e Espaços de Leituras
	Participação social e política	

Dessa forma, propomos as seguintes Matrizes Curriculares:

Sugestão 1

Matriz Curricular – Educação Integral e Integrada

Anos Iniciais do Ensino Fundamental com uma turma

CAMPO DE INTEGRAÇÃO CURRICULAR	ATIVIDADES	1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano
Acompanhamento Pedagógico	Obrigatória – Alfabetização e Letramento	4	4	4	4	4
	Obrigatória – Matemática	4	4	4	4	4
	Obrigatória Biblioteca e Espaços de Leitura	2	2	2	2	2
Educação para a Cidadania	Escolha dos estudantes e da escola	2	2	2	2	2
Esporte e Lazer	Escolha dos estudantes e da escola	2	2	2	2	2
Cultura e Artes	Escolha dos estudantes e da escola	2	2	2	2	2
História e Memória das Comunidades Tradicionais	Escolha dos estudantes e da escola	2	2	2	2	2
Educação Ambiental e Agroecologia	Escolha dos estudantes e da escola	2	2	2	2	2

De acordo com esta proposta, a escola deveria designar um professor por turma para:

- Acompanhamento Pedagógico (Obrigatório) com 10 aulas;
- Educação para a Cidadania (Obrigatório), Memória das Comunidades Tradicionais e Educação Ambiental e Agroecologia com 6 aulas;
- Esporte e Lazer e Cultura e Artes com 4 aulas.

Sugestão 2

Matriz Curricular – Educação Integral e Integrada

Anos Finais do Ensino Fundamental com uma turma

CAMPO DE INTEGRAÇÃO CURRICULAR	ATIVIDADES	6º ano	7º ano	8º ano	9º ano
Acompanhamento Pedagógico	Obrigatória – Alfabetização e Letramento e Língua Portuguesa	4	4	4	4
	Obrigatória - Biblioteca e Espaços de Leitura	2	2	2	2
	Obrigatória – Matemática	4	4	4	4
Educação para a Cidadania	Escolha dos estudantes e da escola	2	2	2	2
Esporte e Lazer	Escolha dos estudantes e da escola	2	2	2	2
Cultura e Artes	Escolha dos estudantes e da escola	2	2	2	2
Projeto de Pesquisa e Inovação Tecnológica	Escolha dos estudantes e da escola	2	2	2	2
Educação Ambiental e Agroecologia	Escolha dos estudantes e da escola	2	2	2	2

De acordo com esta proposta, a escola deveria designar um professor por turma para:

- Acompanhamento Pedagógico (Obrigatório) com 10 aulas;
- Educação para a Cidadania, Esporte e Lazer e Cultura e Artes com 6 aulas;
- Projeto de Pesquisa e Inovação Tecnológica e Educação Ambiental e Agroecologia com 4 aulas.

3.1 Campo de Integração Curricular Acompanhamento Pedagógico - Alfabetização e Letramento, Língua Portuguesa e Matemática

Esse é o campo de Integração que ampliará, por meio de atividades ofertadas, o letramento dos estudantes, tanto do ponto de vista das Linguagens quanto da Matemática. Há, portanto, a necessidade de uma mudança nas propostas pedagógicas das escolas com foco no processo de ensino-aprendizagem da leitura, da escrita e do cálculo, pois o processo de letramento e alfabetização em Língua Portuguesa e Matemática não pode ser visto de forma isolada e deve ter a finalidade de preparar o sujeito para a realidade na qual se insere.

Além disso, o Campo de Integração Curricular Acompanhamento Pedagógico é de **caráter obrigatório** para todas as escolas que ofertam a Política de Educação Integral e Integrada e está subdividido em aulas de:

- **Acompanhamento Pedagógico (Alfabetização e Letramento e Língua Portuguesa)**

É o acompanhamento da consolidação das habilidades e competências no processo de alfabetização e letramento dos estudantes, conforme já discutido no Caderno de Orientações Pedagógicas do Programa Novo Mais Educação:

“(...) o trabalho com a Língua Portuguesa requer um investimento, desde os anos iniciais, que deverá ser ampliado para o 4º e 5º anos, em práticas de ensino e aprendizagem que explorem a oralidade, a leitura, a produção de texto escrito e a análise linguística, ou seja, seus elementos de discursividade, textualidade, normatividade e apropriação do sistema de escrita alfabética. Considera-se que o ensino e a aprendizagem da língua nos anos iniciais, do 1º ao 5º ano, requer um investimento para que os estudantes compreendam e produzam textos orais e escritos de diferentes gêneros textuais, nas variadas esferas sociais de interlocução, em suportes textuais diversos e atendam a diferentes propósitos comunicativos, atentos às condições em que os discursos são criados e recebidos na sociedade. Em vista disso, as crianças têm o direito de compreenderem as diversas possibilidades das diferentes funções sociais da escrita e assim se apossarem da linguagem e dela fazerem múltiplos usos correntes. Isso demanda práticas pedagógicas planejadas, dinâmicas e interdisciplinares”. (PNME/MEC/2018)

- **Acompanhamento Pedagógico (Matemática)**

O acompanhamento Pedagógico em Matemática encontrará como formato metodológico a resolução de problemas. Por meio de jogos, brincadeiras, desafios, uso das tecnologias, investigação e experimentação, são realizados trabalhos que ampliam a capacidade leitora de gráficos, tabelas, estimativas e quantificações, que ajudam no desenvolvimento das aprendizagens dos estudantes em todas as áreas do conhecimento:

“O planejamento pedagógico das ações de acompanhamento pedagógico deve considerar que a Matemática é constituída por vários campos de conhecimento e que as habilidades Matemáticas a serem desenvolvidas na escola vão além das relativas ao campo da aritmética e da álgebra. É importante propor atividades que possibilitem a consolidação da construção do número e das operações numéricas e algébricas, mas também é importante a proposição de atividades que possibilitem o desenvolvimento de habilidades no campo da geometria, das grandezas e medidas e também do tratamento da informação”. (PNME/MEC/2018)

- **Uso da Biblioteca e de espaços de leitura**

Em 2019, no CIC Acompanhamento Pedagógico os estudantes terão o momento de uso da Biblioteca e de espaços de leitura. Esse será um momento demarcado com uma aula e cujo objetivo é proporcionar aos estudantes, atividades que desenvolvam a leitura sistemática, dinâmica e qualitativa para que as habilidades de escrita e interpretação textual sejam alcançadas e ampliadas. Serão desenvolvidas atitudes e práticas que favoreçam a constituição de leitores assíduos a partir de procedimentos didáticos criativos, tais como a apresentação das diferentes possibilidades de leitura e de criação de textos, incentivo à leitura de obras que permitam aos estudantes encontros com diferentes gêneros literários e de escrita, objetivando o ler para apreciar/fruir, conhecer e criar.

3.2 Campo de Integração Curricular – Educação para a Cidadania e Direitos Humanos

O Campo de Integração Curricular Educação para a Cidadania e Direitos Humanos, de oferta obrigatória, pretende inserir a perspectiva da educação em direitos

humanos, o respeito às diferenças e valorização das diversidades e a prática da cidadania. A proposta é ajudar os estudantes a se formarem enquanto pessoas responsáveis, autônomas, solidárias, que conheçam e exerçam seus direitos e deveres em diálogo e respeito aos outros.

Para o desenvolvimento das atividades nesse CIC, as escolas e professores deverão organizá-las e planejá-las a partir de um eixo temático introdutório. No eixo introdutório serão apresentadas algumas noções abrangentes acerca dos Direitos Humanos e da Cidadania. Serão ofertados outros três eixos específicos e de livre escolha, sendo menos um deles a respeito dos seguintes temas: Educação para o Consumo, Educação Fiscal e Financeira e Participação Social e Política.

Para cada eixo temático sugerimos a seguintes ementas e possibilidades de temas a serem discutidos com os estudantes:

3.2.1 Eixo temático introdutório: Educação para a Cidadania e Direitos Humanos

Propõe-se uma reflexão sobre o respeito às diferenças e a valorização das diversidades étnicas, de gênero, religiosas, sociais e culturais, além do estabelecimento de relações entre cidadania e democracia, compreensão das mudanças e permanências dos direitos humanos ao longo da história, compreensão dos direitos fundamentais, apresentação da noção de dignidade da pessoa humana como fundamento dos direitos humanos, estudo e análise das lutas históricas pelos direitos e exame das principais práticas de participação políticas e sociais.

Os possíveis temas a serem trabalhados são:

- ❖ Cidadania e democracia;
- ❖ Historicidade dos direitos humanos;
- ❖ Os direitos fundamentais: direito político, direito social, direitos civis e direitos difusos;
- ❖ Dignidade da pessoa humana como fundamento dos Direitos Humanos;
- ❖ Práticas de participação políticas e sociais;

- ❖ Lutas e conquistas por direitos, ações afirmativas e movimentos sociais: as identidades étnico-raciais e as relações de gênero.

3.2.2 Educação para o Consumo

Propõe-se um estudo das relações entre cultura e consumo em diferentes sociedades, análise dos conceitos de sociedade de consumo e indústria de consumo, crítica das relações entre capitalismo, produção de necessidades e publicidade, estudo dos direitos dos consumidores, discussão sobre o conceito de desenvolvimento sustentável e sobre a importância da preservação socioambiental, análise do impacto das práticas cotidianas de pessoas físicas e jurídicas sobre o meio ambiente, análise das diversas formas de produção dos alimentos e discussão sobre o conceito de segurança alimentar.

Os possíveis temas a serem desenvolvidos em sala de aula são:

- ❖ As relações entre cultura e consumo nas diferentes sociedades;
- ❖ Sociedade de consumo, indústria do consumo, produção das necessidades, propaganda e publicidade.
- ❖ Direitos do consumidor;
- ❖ Preservação socioambiental e desenvolvimento sustentável;
- ❖ Práticas cotidianas que influenciam o meio ambiente (pessoa jurídica e pessoa física);
- ❖ Segurança alimentar, sustentabilidade e consumo.

3.2.3 Educação Fiscal e Financeira

Propõe-se a abordagem de planejamentos, prevenções e realizações financeiras individuais e coletivas, noções de orçamento, espaço público e privado, tributos e juros compostos, relações entre Estado e sociedade no que diz respeito principalmente à alocação, gestão e aplicação dos recursos públicos com ênfase na função socioeconômica dos tributos.

Os possíveis temas a serem trabalhados são:

- A educação fiscal e financeira e a cidadania;
- Metodologias para a educação fiscal e financeira nas escolas;
- Ética e responsabilidade social nas questões financeiras;
- Despesas e rendimentos;
- Planejamento a médio e a longo prazo, individual e coletivo;
- Empréstimos;
- Poupança;
- Crédito;
- Funcionamento do orçamento público, alocação de recursos e controle social.

3.2.4 Participação social e política

Propõe-se a discussão sobre as relações entre Estado, mercado e sociedade, análise dos conceitos de democracia e ditadura e de suas instituições, debate sobre os desafios à efetivação da participação social e política em contextos desiguais como o brasileiro, estudo de instrumentos da democracia, de instâncias associativas e de suas relações com o campo político-administrativo na construção e administração de políticas públicas e discussão sobre as instâncias e processos de participação estudantil no ambiente escolar.

Possíveis temas a serem trabalhados com os estudantes são:

- Democracia e ditadura;
- Eleição: processos eleitorais e processo eleitoral brasileiro;
- Organizações e instâncias políticas: partidos políticos, sindicatos, movimentos sociais, associações comunitárias, sociedade civil organizada, redes sociais;
- Instâncias de participação: referendo, plebiscito, iniciativa popular, impeachment; orçamento participativo;
- Fóruns, conferências e audiências públicas;
- Controle social: comissões, comitês e conselhos;
- Participação juvenil e estudantil: grêmios, coletivos juvenis e colegiados escolares;
- Processos de participação e políticos no ambiente escolar: Projeto Político-

Pedagógico, Regimento Escolar, Plano de Convivência Democrática.

3.3 Campo de Integração Curricular - Projetos de Pesquisa e Inovação Tecnológica

Esse campo de integração do currículo visa estimular os estudantes para a identificação de um problema, aplicação de um método científico, resolução e análise para transmissão de seus resultados à sociedade. Este CIC possibilita incluir atividades relacionadas à iniciação científica, introdução às engenharias, inovação sustentável, empreendedorismo, robótica, soluções tecnológicas, tecnologia agrícola, construção sustentável, desenvolvimento de aplicativos e softwares, práticas de laboratórios de ciências e outros temas que possam ser desenvolvidos na escola.

Propomos que neste CIC as escolas estaduais de Minas Gerais criem tempos comuns para o desenvolvimento de **Projetos de Pesquisa e Intervenção**. Para que isso ocorra, é importante garantir que ao longo do ano letivo os estudantes das diferentes turmas da Educação Integral elaborem e executem um projeto de pesquisa. A sugestão é que a Educação Integral promova um ou mais horários, em que os estudantes, agrupados por afinidade, por séries diferentes ou até mesmo individualmente, formulem questões para um problema e pesquisem o tema, atribuindo significados e construindo suas soluções.

É com esta perspectiva que, neste (s) horário (s), todos irão desenvolver projetos de pesquisa e/ou de intervenção concebidos como uma proposta pedagógica que gere situações de aprendizagem, nas quais as disciplinas tornam-se ferramentas de apoio na busca de soluções para o problema proposto, como algo desafiador e não apenas como uma dificuldade.

Os projetos poderão ser de uma turma, de toda a escola ou de um ou de poucos estudantes; poderão versar sobre um tema de livre escolha, que permita a cada estudante pesquisar mais profundamente um assunto de seu interesse. O tema de um projeto pode ser sugerido pelos estudantes, motivados por questões suscitadas

pelos acontecimentos sociais ou propostos por um professor ou grupo de professores mobilizados no projeto. O desafio é transformar os temas de interesse em problemas que instiguem o grupo a compreendê-los.

3.4 Campo de Integração Curricular – Esporte e Lazer

Pedagogicamente falando, esse CIC desafia os professores a trabalhar distintos aspectos que integrem o estudante na esfera da sua cultura corporal propondo que a atividade física na escola se transforme em uma ação pedagógica, mesclando aspectos corporais, habilidades e múltiplas linguagens. Dessa maneira, dentro de uma perspectiva macro de Educação e também de Educação Física, seria de grande importância considerar procedimentos, fatos, conceitos, atitudes e valores como conteúdos, todos no mesmo grau de relevância no processo de ensino.

3.5 Campo de Integração Curricular – Cultura e Artes

Nesse CIC são incentivadas a produção artística, as expressões corporais e as atividades físicas. O CIC poderá incluir atividades relacionadas às artes cênicas e plásticas, artesanato popular, danças e música. O professor poderá ainda realizar experiências embasadas na criatividade e na autoria dos estudantes fora do currículo tradicional da escola, através de práticas de multiletramento.

3.6 Campo de Integração Curricular – Histórias e Memórias das comunidades tradicionais

A memória em si é um direito cultural a ser observado e, particularmente, as comunidades tradicionais valorizam essa dimensão de suas vidas. Para além da memória oral, há diferentes recursos de documentação e registros iconográficos da história dos mais variados grupos que formam nossa nação e que, organizados, tornam-se poderosos instrumentos de aprendizagens e de combate a qualquer tipo de exclusão.

Nesse CIC o interesse é a organizar oficinas que vislumbrem os patrimônios culturais da sociedade como uma referência positiva para a luta pela cidadania plena e que resgatem a cultura de comunidades tradicionais quilombolas, de povos indígenas e de outros tantos grupos diferenciados da população brasileira.

3.7 Campo de Integração Curricular – Educação Ambiental e Agroecologia

Como pensar numa proposta de educação integral tendo em mente a preservação do planeta? É com essa pergunta que convidamos professores e estudantes a desenvolverem atividades nesse CIC, que busca, por meio da configuração de arranjos educativos locais, promover a formação integral de crianças, adolescentes e jovens com a realização de aulas/oficinas de reciclagem, de produções e construções sustentáveis e que ampliem os tempos, os atores e territórios, criando oportunidades de aprender a preservar o planeta. A proposta é a implementação de projetos construídos e desenvolvidos em espaços educadores sustentáveis e do desenvolvimento de ações de educação ambiental que têm a intencionalidade pedagógica de se constituir em referências de sustentabilidade socioambiental, isto é, atividades que mantenham uma relação equilibrada com o meio ambiente; compensando impactos do consumo, do lixo produzido e seu descarte correto, do desperdício de água e alimentos, com o desenvolvimento de tecnologias apropriadas, que promovam a melhoria da qualidade de vida de todos e que busquem coletivamente soluções para os problemas ambientais da comunidade em que a escola está inserida.

4. DIÁLOGOS ABERTOS COM A CIDADE NA PROPOSTA PEDAGÓGICA DA EDUCAÇÃO INTEGRAL E INTEGRADA

O modelo de currículo atual, fragmentado e moldado em aulas de 50 minutos, impossibilita que o sujeito reconheça o território e os espaços onde sua escola está inserida e para que efetivamente a educação integral possa articular os estudantes e executar um projeto de pesquisa e intervenção, recomendamos que, por meio da ampliação da jornada as turmas da educação integral possam ter pelo menos uma saída mensal, preferencialmente nas regiões e equipamentos vizinhos à escola e com os professores de determinado turno, alternando os dias da semana e os turnos durante o ano, de forma que todos os professores possam ser envolvidos.

Esse momento será destinado à apropriação e diálogo com a cidade, uma vez que o ato de aprender não deve estar restrito ao espaço da escola. Quando os estudantes convivem nos vários espaços que a cidade proporciona, eles ampliam seus conhecimentos, pois o município, com sua diversidade, é um agente educacional possibilitador de inúmeras oportunidades de aprendizagem.

Esse horário comum deverá criar possibilidades de intercâmbio com outros grupos de estudantes, de diversas camadas sociais, além de permitir viver os vários espaços públicos que a cidade oferece. A postura de interlocução e de atuação, aprender e conviver, é a que orienta e se materializa nas visitas, excursões, pesquisas de campo, entrevistas e intervenções de diferentes tipos, tão importantes quanto atividades em sala de aula. Trata-se de um exercício do olhar. O olhar o território no entorno da escola, aprender nele e com ele e a partir desse olhar propor soluções para os problemas do entorno. Essas soluções podem e devem ser o objeto de trabalho da pesquisa e intervenção ao longo do ano.

5. AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO

A Educação Integral e Integrada em Minas Gerais segue os parâmetros ditados pela Portaria MEC nº 1.144/2016 que estabelece as diretrizes do Programa Novo Mais Educação. Uma dessas diretrizes é “monitorar e avaliar periodicamente a execução e os resultados do programa”.

Seguindo o disposto na Resolução CD/FNDE nº 17/2017, a Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais pactuará metas de aprendizagem a serem alcançadas pelas escolas e pelos alunos inseridos na Educação Integral e Integrada, cujos resultados serão utilizados para avaliar a efetividade da Política e poderá condicionar a participação da escola em exercícios seguintes.

A fim de realizar esse monitoramento, caberá à Coordenação de Educação Integral e Integrada na SEE e nas SREs acompanhar a implantação e monitorar a execução da Política. Todas as orientações serão fornecidas oportunamente pela Coordenação quanto ao monitoramento.

No âmbito da escola, o Professor Coordenador é o responsável pela coordenação e organização das atividades na escola, pela promoção da interação entre a escola e a comunidade, pela prestação de informações sobre o desenvolvimento das atividades para fins de monitoramento e pela integração do Programa com o Projeto Político Pedagógico – PPP da escola.

Dessa forma, cria-se uma rede de avaliação, acompanhamento e monitoramento da execução da Educação Integral, a fim de que seus resultados possibilitem identificar os progressos e as dificuldades, analisar metas e corrigir rumos, de forma a verificar a efetividade da Política naquilo que é seu principal objetivo: melhorar a aprendizagem em Língua Portuguesa e Matemática no Ensino Fundamental, por meio da ampliação da jornada escolar de crianças e adolescentes, mediante a complementação da carga horária de 20 horas aula semanais no contra turno escolar.

5.1 A avaliação contínua

Cabe ao Professor Coordenador a função de promover o diálogo entre o Professor Orientador de Estudos, o Professor de Oficinas e os Professores Regentes de Turmas. Ele deve se comprometer em acompanhar as diversas instâncias em que se discute a aprendizagem dos estudantes: reuniões pedagógicas, conselho de classe, reuniões de pais, entre outros, além de acompanhar as atividades propostas e desenvolvidas pelos professores da Educação Integral e Integrada e seu alinhamento com o conteúdo ministrado pelos professores regentes de turmas.

Além disso, o professor deve atentar-se às disposições da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB que estabelece que tanto na avaliação ao longo do processo quanto na avaliação somativa, devem prevalecer os aspectos qualitativos sobre os quantitativos. Isso se justifica pelo fato de que se deve retratar o acompanhamento cotidiano em uma ação negociada entre professor e estudante, de forma que seja possível ao docente interpretar dados, diagnosticar possíveis dificuldades e aperfeiçoar o seu processo de intervenção junto ao estudante.

Por essa razão, o processo de ensinar e aprender, mormente o processo de avaliação, precisam ser cuidadosamente planejados. Do mesmo modo devem ser os instrumentos de avaliação, bem como os procedimentos didáticos e metodológicos utilizados com a intenção de construir/intervir para as aprendizagens dos estudantes.

A **avaliação contínua** é uma proposta em que serão evidenciadas as aprendizagens ao longo das atividades realizadas, tais como: produções dos estudantes, comentários feitos por eles sobre o tema em estudo, apresentações, trabalhos em grupos e outras atividades desenvolvidas. Avaliar dessa maneira possibilita o acompanhamento da construção do conhecimento dos estudantes, ao identificar as dificuldades para corrigi-las durante o processo. Faz-se indispensável conhecer as experiências e aprendizagens que os estudantes já trazem consigo de modo a facilitar o planejamento a partir das dificuldades e das necessidades de cada sujeito.

Destaque-se, nesse modelo de avaliação, a necessidade de coparticipação dos estudantes, pois é importante que eles tenham consciência de suas aprendizagens

e, também, se responsabilizem por elas. Isso acontece, entre outras formas, pela autoavaliação. Nesse sentido, torna-se significativo que o estudante não apenas se autoavalie, mas o faça como sujeitos envolvidos em todo o processo pedagógico.

Sobre as estratégias para construção do processo avaliativo e a auto avaliação, deve-se criar procedimentos próprios, pactuados com os envolvidos, tendo em vista a finalidade da Política. Dessa forma, é de suma importância que todos os sujeitos envolvidos estejam em permanente diálogo com os professores regentes, a fim de que o trabalho pedagógico desenvolvido na Educação Integral e Integrada não esteja desvinculado do trabalho pedagógico do ensino regular.

Portanto, acompanhar o processo avaliativo pelo qual passa o estudante, identificar os instrumentos e procedimentos avaliativos, analisar o rendimento do estudante com base nesses instrumentos e procedimentos, acompanhar os trabalhos e cadernos, corrigir erros, identificar obstáculos e dar retorno constante da evolução da aprendizagem dos estudantes deve ser uma prática contínua.

Isto posto, algumas perguntas precisam ser feitas pelos professores para elaborarem seu processo de intervenção:

- O que se quer avaliar?
- De que forma avaliar?
- Como saber se o estudante compreendeu (ou não) os novos conhecimentos?
- Como saber se os procedimentos foram os mais adequados?
- Como mensurar a aquisição das aprendizagens?
- Que instrumentos utilizar?
- Os procedimentos e instrumentos foram os mais coerentes com o objetivo?
- Os procedimentos e instrumentos foram os mais coerentes com o estudante?

A avaliação tem a função de revelar as habilidades já desenvolvidas pelos alunos e se relaciona diretamente com os objetivos de ensino. O que se busca prioritariamente na Política de Educação Integral e Integrada são as aprendizagens em Língua Portuguesa e Matemática, por isso, é preciso saber o nível de conhecimento de cada um dos estudantes para saber como intervir. E para isso, as

turmas são compostas de, no máximo, 25 estudantes. O professor deve ter consciência do uso dos instrumentos avaliativos e suas potencialidades.

Destacam-se, a seguir, os instrumentos que são mais utilizados. Alguns deles servem para todas as áreas do conhecimento, bem como para as atividades complementares, entre eles: a observação, as fichas de registro, o debate, o portfólio, o conselho de classe, os trabalhos individuais e em grupo, a auto avaliação e a prova em suas diversas variações. As escolas possuem autonomia para criar e aplicar outras formas de avaliação que se fizerem pertinentes a cada contexto.

Observação

É a primeira forma de contato do professor com o aluno. Esse modelo de avaliação serve para levantar informações importantes sobre o nível de conhecimento e a bagagem cultural trazida por esse aluno. Pela falta de hábito muitos professores deixam de usufruir dessa importante ferramenta que possibilita conhecer melhor cada um dos estudantes e analisar como eles desenvolvem suas atividades.

Fichas de registro

Cada professor, seja ele Orientador de Estudos, Professor de Oficinas ou mesmo o Regente de Turma pode lançar mão deste instrumento de avaliação. Nele serão registradas as atividades, os avanços e as dificuldades de cada estudante e permitirá ao profissional da educação realizar uma análise crítica e reflexiva sobre cada caso. Através dessas fichas os professores manterão um controle periódico das atividades pedagógicas aplicadas e sobre acontecimentos relevantes no cotidiano escolar de cada aluno. Como registro periódico, estas fichas serão um instrumento de registro e controle da evolução de cada estudante. Dessa forma, serve como referência histórica do desenvolvimento e análise de aspectos que poderiam passar despercebidos.

Debate

Será o momento de troca de conhecimentos adquiridos pelos alunos. Através deste

expediente de interação e trocas de experiências o mediador pode compreender como os estudantes relacionam as ideias estudadas possibilitando a ampliação do conhecimento. É momento de exercitar o respeito ao outro e aos seus posicionamentos. Nesse formato, é viável que vários sujeitos aprendam simultaneamente, mesmo que de forma diferenciada.

Portfólio

Apresentação em forma de registro organizado das atividades desenvolvidas pelos alunos durante determinado período. Neste registro serão reunidas todas as atividades relevantes desenvolvidas e analisadas por eles, culminando em um processo de autoavaliação e de avaliação pelo professor, de forma que seja possível reconhecer a trajetória das aprendizagens. O portfólio pode ser organizado com uma introdução por parte do estudante, apresentando sua forma de enxergar cada uma das atividades desenvolvidas durante determinado período e na sequência um parecer do professor, que pode avaliar o percurso, as aprendizagens e o que é preciso ainda construir.

Como a Política tem foco na aprendizagem de Matemática e Língua Portuguesa, o portfólio poderia reunir trabalhos, provas, atividades realizadas pelos estudantes tanto nas aulas regulares quanto nas atividades desenvolvidas no contraturno. Desta forma, o Professor Coordenador e o Orientador de Estudos teriam um material de análise do desenvolvimento dos estudantes e através desta análise poderiam propor as intervenções necessárias a fim de superarem possíveis dificuldades.

Conselho de classe

Será o momento de interação entre o professor da educação regular com os professores da Educação Integral e Integrada, onde poderão partilhar, de forma significativa, uma análise coletiva das aprendizagens de cada estudante. Os critérios principais nesse momento são os de natureza qualitativa, tais como os avanços obtidos, os posicionamentos diante das diversas áreas, sua postura como estudante, entre outros. Nesse contexto, poderão surgir planos viáveis de recuperação e superação das dificuldades e é, também, momento no qual os professores devem

interagir, de forma propositiva no atendimento aos seus estudantes.

Prova em suas diversas variações

Quando se fala em avaliação de aprendizado, nossa primeira interpretação tende ao instrumento da prova escrita. Apesar de ser o preferido por professores na sala de aula, e por vezes o único utilizado, isso é um equívoco, porque nenhum instrumento, em separado é suficiente para avaliar a aprendizagem. Entretanto, a prova quando bem utilizada, com critérios claros, é um grande auxiliar no processo avaliativo.

Ao pensar em um modelo de avaliação é preciso saber quais os objetivos a serem atingidos e, a partir deles, elaborar o modelo mais adequado de avaliação a ser utilizado. Poderão ser utilizados, de acordo com a necessidade, provas discursivas, prova oral, prova de múltipla ou outra, de acordo com o contexto. Independente da opção, e o uso pode ser mesclado, o mais importante é o retorno dado ao estudante para que ele tenha consciência sobre o que e de que forma precisa avançar.

6. ESTRUTURA DA EDUCAÇÃO INTEGRAL E INTEGRADA

6.1 Registro das informações

A concretização de uma Política de Educação Integral e Integrada de qualidade é feita com responsabilidade na gestão das informações e no bom uso dos dados públicos, garantindo assim a ampliação dos ganhos educacionais.

Orientamos as escolas e as Superintendências Regionais de Ensino a sistematizarem os dados específicos da Educação Integral e Integrada. O principal sistema da Secretaria de Estado de Educação é o SIMADE, portanto, a base de consulta e gestão das informações da Política se dará pelo mesmo. O uso indevido ou descuidado do sistema, não atentando à realidade existente, bem como às orientações ora postas, acarretará na má utilização dos recursos públicos e na ineficiência na oferta de uma educação de qualidade para nossos estudantes.

Além do preenchimento correto do SIMADE, faz-se necessário que as escolas e as SREs se comprometam em monitorar continuamente as atividades e ações realizadas no âmbito da Educação Integral e Integrada, perpassando todos os pontos inseridos na Política – quantitativo de estudantes, turmas, atividades desenvolvidas e profissionais atuantes.

As turmas de Educação Integral terão etapas definidas no sistema, podendo ser agrupados:

- Estudantes do 1º ao 5º ANO;
- Estudantes do 6º ao 9º ANO.

As atividades serão agrupadas por Campos de Integração Curricular e podem ser alteradas dentro do mesmo após o início das atividades, no entanto, não recomendamos tal alteração após definição do quadro de profissionais responsáveis pelas atividades.

Após a definição dos Campos de Integração Curricular e submetida a turma para aprovação, não será possível a substituição, inclusão ou exclusão de Campo de

Integração Curricular.

As escolas deverão ofertar atividades de no mínimo 01 (um) Campo de Integração Curricular e no máximo 05 (cinco).

Os Campos de Integração Curricular “Acompanhamento Pedagógico” e “Educação para a Cidadania e Direitos Humanos” são **obrigatórios**.

A escola deve certificar quais atividades serão ofertadas em cada Campo de Integração Curricular. Uma vez selecionado e a turma aprovada (pela SRE ou pela SEE, quando for o caso), não será possível alterar, excluir ou incluir Campo de Integração Curricular.

As escolas poderão registrar no sistema uma das opções de “Local de Funcionamento”, onde as atividades de Educação Integral são ofertadas:

- Mesmo Local: turmas que ofertam atividades de Educação Integral e Integrada na própria escola;
- Outro Espaço: turmas que ofertam continuamente atividades da Educação Integral em outro local pré-definido pela escola. Por exemplo: Clube Y, Academia X, Quadra Poliesportiva W, Sede da Associação Cultural J;

- As turmas de Educação Integral e Integrada com número de alunos acima de 20 estudantes serão aprovadas pela SRE.

- Turmas com quantitativo entre 10 e 19 alunos somente serão aprovadas pela SEE.

- Turmas abaixo de 10 alunos não serão aprovadas.

A associação de docentes às turmas de EII é **obrigatória e imediata** assim que a escola definir seu quadro de profissionais. A **data de início das ações da turma é a data de início das atividades com os estudantes e professores**, que deve ser a de associação dos professores no SIMADE.

6.2 Frequência escolar

A frequência nas atividades desenvolvidas na Educação Integral e Integrada seguirá a normativa estabelecida pela Resolução SEE nº 2.197, 26 de outubro de 2012.

6.3 Os profissionais da Educação Integral e Integrada

Os critérios e procedimentos para inscrição, classificação e designação de candidatos para o exercício de função pública na Rede Estadual de Ensino serão definidos pela Resolução SEE nº 3.995, de 24 de outubro de 2018. As escolas estaduais que irão ofertar a Educação Integral e Integrada devem ter atenção às Resoluções e ofícios vigentes para a composição do quadro de pessoal, cumprindo todas as exigências.

Faz-se necessário destacar que os professores, tanto de “Orientação de Estudos” do Campo de Integração Curricular de Acompanhamento Pedagógico quanto os professores de “Oficinas”, poderão assumir mais de uma atividade. Esses professores deverão apresentar Plano de Trabalho, conforme modelo a seguir:

PLANO DE TRABALHO
Nome completo: Município:
Campo de integração curricular: Atividades: Conteúdos que integram com o currículo básico:

Introdução:

Problematização para o desenvolvimento da (s) atividade (s):

Justificativa:

O que se espera alcançar com os estudantes:

Metodologia que serão utilizadas:

Previsão/proposta de atividades e cronograma (citar no mínimo três):

6.4 Equipe gestora e professor coordenador

Para o desenvolvimento da Educação Integral e Integrada, haverá uma equipe de acompanhamento e desenvolvimento das ações, composta pelo diretor da escola e por um professor coordenador, preferencialmente efetivo(a), indicado(a) pela direção da escola e referendado(a) pelo Colegiado Escolar, dentre os(as) profissionais que atuam nas escolas com pelo menos 04 (quatro) turmas de Educação Integral e Integrada.

Para atuar como professor coordenador, o(a) professor(a) indicado(a) deverá cumprir a totalidade de sua carga horária, ou seja, 24 horas semanais. Para a indicação do(a) professor(a) coordenador(a), a escola deverá observar a seguinte ordem de prioridade:

- I. Professor(a) efetivo(a), regente de aulas.
- II. Professor(a) designado(a), regente de aulas.

O professor coordenador tem uma função articuladora, formadora e transformadora, portanto, é o elemento mediador entre currículo e professores. Assim, esse profissional vai auxiliar os professores a fazer as necessárias articulações curriculares, considerando suas áreas específicas de conhecimento, os estudantes com quem trabalham, a realidade sociocultural da escola e os demais aspectos das relações pedagógicas e interpessoais que se desenvolvem na sala de aula e na Instituição de Ensino. Ele tem uma função mediadora, no sentido de revelar/desvelar os significados das propostas curriculares, para que os professores elaborem seus

próprios sentidos, a fim de operacionalizar determinadas propostas, de acordo com a sua trajetória de formação e de docência, o momento histórico e os compromissos da escola e do estudante. Desta forma, compete ao professor coordenador:

- ❖ Como articulador, seu papel principal é oferecer condições para que os professores trabalhem coletivamente as propostas curriculares em função da realidade escolar, promovendo a interdisciplinaridade e a integração, evitando-se a fragmentação do conhecimento.
- ❖ Como formador, oferecer condições a outros profissionais de se aprofundarem em sua área específica.
- ❖ Como transformador, cabe-lhe o compromisso com o questionamento, ou seja, ajudar o professor a ser reflexivo e crítico em sua prática, estimulando a pergunta, a dúvida, a criatividade, a inovação e o diálogo, que culminem em mudanças na prática pedagógica.
- ❖ Como estimulador, para instaurar na escola o significado do trabalho coletivo, possibilitando ações de parceria, de modo que, movidas por necessidades semelhantes, as pessoas se dediquem no desenvolvimento de ações para atingir objetivos.

Em síntese, o professor coordenador será então, aquele que conhecendo a proposta curricular do Programa aqui evidenciada possibilitará que novos significados sejam atribuídos à prática educativa da escola e à prática pedagógica dos professores.

Importante: o professor coordenador deverá trabalhar junto com o especialista, e ambos terão como papel principal propiciar o ensino integrado entre a Base Nacional Comum Curricular – BNCC e os Campos de Integração Curricular.

6.5 Perfil dos profissionais da Educação Integral e Integrada

Profissionais que possuam perfil e compreensão da Política de Educação Básica Integral e Integrada, bem como metodologias e atividades diferenciadas irão desenvolver um trabalho com resultados significativos na Educação Integral e

Integrada. Para atuar na Educação Integral e Integrada os profissionais devem ser receptivos, dinâmicos, abertos para o desenvolvimento de relações interpessoais e profissionais que favoreçam o trabalho coletivo com toda a equipe da escola, terem facilidade para produzir textos e elaborar relatórios, serem criativos e que tenham disponibilidade para conhecer a comunidade na qual atuarão.

A Educação Integral e Integrada é responsabilidade de toda a comunidade escolar e esta deve dar atenção à indissociabilidade do educar/cuidando ou do cuidar/educando, incluindo acolher, garantir segurança e alimentar a curiosidade, a ludicidade e a expressividade das crianças, dos adolescentes e dos jovens, reafirmando os três princípios:

- Éticos – no sentido de combater e eliminar quaisquer manifestações de preconceitos e discriminação;
- Políticos – defendendo o reconhecimento dos direitos e deveres de cidadania;
- Estéticos – valorizando as diferentes manifestações culturais, especialmente as da cultura brasileira e a construção de identidades plurais e solidárias.

A seguir apresentamos os quadros com os perfis para Professor Coordenador, Professor Orientador de Estudos, Professor de Oficinas e Auxiliar de Serviços Básicos (ASB):

Professor Coordenador
<p>Deverá ser escolhido pela direção da escola e pelo Colegiado Escolar dentre os professores e ou Especialistas da Educação Básica que atuam ou já atuaram na Educação Integral e Integrada. Responsável em coordenar as Ações de Educação Integral e Integrada na escola.</p>
<p>Perfil necessário:</p> <p>Ter dinamismo, receptividade e disponibilidade para conhecer a escola, bem como a comunidade escolar e de seu entorno; possuir e se dispor a construir boas relações interpessoais com toda a equipe da escola. Ter competência e habilidade de gestão e coordenação de equipe. Compreender a proposta e desenvolvimento da Política Básica de Educação Integral e Integrada.</p> <p>A escola que desenvolve atividades com 4 (quatro) ou mais turmas de Educação Integral no mesmo turno terá um professor comunitário/coordenador com carga horária de 24 (vinte e quatro) horas, conforme Resolução SEE 3.660, de 01 de dezembro de 2017.</p> <p>Como o professor coordenador não estará em cargo de docência de turma, e sim fora da regência, deverá cumprir a carga horária integralmente.</p>

Atribuições:

Dedicar-se na organização e no planejamento das ações da Educação Integral e Integrada;
 Auxiliar os professores na elaboração e no desenvolvimento das atividades educativas;
 Planejar, realizar e participar das reuniões com os professores e pais/responsáveis dos estudantes;
 Articular visitas aos espaços externos da escola, focando em uma perspectiva territorial e cartográfica da comunidade que a escola está inserida;
 Promover integração entre o ensino regular e as ações de Educação Integral e Integrada;
 Elaborar relatórios e atender as demandas da escola no que tange à Educação Integral e Integrada, fomentando a realização de atividades interdisciplinares;
 Atender as demandas da SRE e da SEE/ MG, no que tange à Educação Integral e Integrada.

Professor Orientador de Estudos

Responsável em ministrar as aulas de Orientação de Estudos.

Perfil necessário:

Ter dinamismo e criatividade, desenvolvendo atividades diferenciadas com metodologias direcionadas à formação integral do estudante, focando no seu desempenho cognitivo, ético, político e estético.

Atribuições:

Diagnosticar as necessidades dos estudantes, tanto atitudinais quanto cognitivas, que serão atendidos na Educação Integral e Integrada;
 Elaborar e desenvolver o planejamento conforme diagnóstico da turma/estudantes, contemplando discussão com os professores do ensino regular;
 Apresentar e discutir com o Coordenador da Educação Integral e Integrada da escola as demandas de dificuldades de sua turma/estudantes e traçar estratégias junto com os professores do ensino regular e da Educação Integral e Integrada para sanar suas dificuldades e deficiências;
 Elaborar relatórios para a Coordenação da Educação Integral e Integrada da escola para análise, verificação e tomada de providências, se necessário;
 Atender as demandas da escola, da SRE e da SEE/ MG, no que tange à Educação Integral e Integrada.

Professor de Oficinas

Responsável em ministrar as oficinas e atividades dos Campos de Integração curricular, conforme escolha da escola.

Perfil necessário:

Ter dinamismo e criatividade, desenvolvendo atividades diferenciadas com metodologias direcionadas à formação integral do estudante, focando no seu desempenho cognitivo, ético, político e estético; elaborando suas atividades com foco nos objetivos do Campo de Integração Curricular em que está responsável.

Atribuições:

Diagnosticar as necessidades dos estudantes, tanto atitudinais quanto cognitivas, que serão atendidos na Educação Integral e Integrada;

Elaborar e desenvolver o planejamento conforme diagnóstico da turma/estudantes, contemplando discussão com os demais professores da Educação Integral, bem como do ensino regular;

Apresentar e discutir com o Coordenador da Educação Integral e Integrada da escola as demandas e dificuldades de sua turma/ estudantes e traçar estratégias junto aos demais professores da

Educação Integral e Integrada e do ensino regular para sanar suas dificuldades e deficiências;

Elaborar projetos e atividades com foco no desenvolvimento do Campo de Integração Curricular selecionado pela comunidade escolar, atendendo a perspectiva da formação humana e atitudinal do estudante;

Trabalhar em processos colaborativos e orientar o processo criativo dos alunos;

Participar de reuniões de planejamento e realizar atividades extracurriculares no ambiente escolar e/ou fora da escola;

Desenvolver atividades interdisciplinares, com o apoio do professor coordenador e a colaboração dos demais professores, tanto da Educação Integral quanto do Ensino Regular.

Elaborar relatórios para a Coordenação da Educação Integral e Integrada da escola para análise e verificação e tomada de providências, se necessário;

Atender as demandas da escola, da SRE e da SEE/MG, no que tange à Educação Integral e Integrada.

Auxiliar de Serviços Básicos (ASB)
<p>Perfil necessário:</p> <p>Ser zeloso no trato com os estudantes e a comunidade escolar, ter cuidado com o material utilizado no preparo dos alimentos e saber preparar o almoço e as refeições complementares.</p> <p>Atribuições:</p> <p>Receber os gêneros destinados às merendas e refeições complementares e armazená-los adequadamente, conforme recomendações técnicas;</p> <p>Respeitar o preparo dos cardápios estipulados, seguindo, dentro do possível, as quantidades sugeridas. Manter limpos os locais de despensa, cozinha e refeitório e demais espaços utilizados pela Educação Integral;</p> <p>Estar presente no horário de almoço para dar suporte e incentivar os estudantes durante a refeição e comparecer a todas as reuniões e cursos de aperfeiçoamento, quando convocados.</p>

6.6 Financiamento da Educação Integral e Integrada

As escolas autorizadas a executar a Educação Integral e Integrada serão financiadas com recursos para Alimentação, tanto do Tesouro Estadual como do

Federal, por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O Governo Estadual também fornecerá os recursos para Manutenção e Custeio.

Sobre o financiamento com recursos do Governo Federal

Esses recursos podem ser utilizados tanto para a manutenção e custeio quanto para a aquisição de material permanente. Para receber os recursos, a Caixa Escolar deverá estar apta, com a documentação constante no art. 2º, do Decreto nº 45.085/2009 e regular com a prestação de contas.

Sobre o financiamento com recursos do Governo Estadual

A Política de Educação Integral e Integrada disponibiliza recursos às Caixas escolares para o desenvolvimento das atividades. Os recursos são disponibilizados de acordo com o número de estudantes registrados pela escola no SIMADE. De acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira do Estado são repassados recursos da natureza de custeio, capital e alimentação. Para o recebimento dos recursos, a escola, por intermédio da Caixa Escolar, assina Termo de Compromisso com a Secretaria de Estado de Educação.

7. ORIENTAÇÕES DE OPERACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO INTEGRAL E INTEGRADA – 2019

As atividades da Educação Integral e Integrada terão início em 2019 com um cronograma específico envolvendo todas as situações escolares. Seguindo o mesmo processo de adesão dos anos anteriores, as escolas só poderão iniciar as atividades da Educação Integral e Integrada se:

1. O SIMADE estiver preenchido corretamente, respeitando o comporta da escola para a Educação Integral e Integrada – Ensino Fundamental;
2. As turmas estiverem com status “**Aprovada**” ou “**Aprovada pela SEE**” no SIMADE;
3. Dentro da listagem de escolas **aptas** pela SEE, autorizando a composição do quadro de pessoal e/ou designação para a Educação Integral e Integrada.

Após a escola verificar e organizar o quadro de pessoal com servidores efetivos e se ainda assim não o completar, deverá se orientar pela Resolução SEE 3.995, de 24 de outubro de 2018 para realizar o processo de designação.

Ratificamos algumas orientações necessárias para os procedimentos de organização do Quadro de Pessoal das escolas que ofertarão Educação Integral e Integrada:

➤ **Do professor efetivo**

O professor efetivo poderá compor o quadro de professores da Educação Integral e Integrada e a ele poderá ser atribuída extensão de carga horária conforme Resolução SEE 3.995, de 24 de outubro de 2018. Caso opte pela extensão de carga horária deverá atender todos os módulos/aulas necessários para o fechamento da carga horária na(s) turma(s).

O professor efetivo, a quem tiver atribuída extensão de carga horária, será computado no comporta da Educação Integral e Integrada. A este profissional poderá ser atribuída ainda, a exigência curricular na Educação Integral e Integrada.

➤ **Do professor em excedência**

Ao professor efetivo excedente (parcialmente ou totalmente) poderão ser atribuídas aulas na Educação Integral e Integrada. O professor excedente que complementar sua carga horária na Educação Integral e Integrada somente poderá ser considerado no comporta se atender toda necessidade de distribuição da carga horária da turma.

➤ **Do professor coordenador**

Para o professor efetivo que possui perfil para a função de professor coordenador da Educação Integral e Integrada poderá ser atribuída extensão de carga horária, lembrando que deverá cumprir a carga horária de 24 horas integral semanalmente e poderá também, como segundo cargo, assumir a função de professor coordenador

por processo de designação de professor orientador de estudos ou professor de oficinas da Educação Integral e Integrada.

Caso a escola não consiga definir através do quadro de professores efetivos e de professores contratados na Educação Integral e Integrada, deverá realizar a designação para a função de professor coordenador, utilizando a lista de inscritos de professores orientadores de estudo do Acompanhamento Pedagógico.

Caso o professor coordenador for um dos professores que compõe o quadro de professores da Educação Integral e Integrada contratados, a escola deverá realizar nova designação para a vaga deste que foi indicado à função de professor coordenador. Deverá ser feita a retificação do Quadro Informativo – Q.I. do professor orientador de estudos ou professor de oficinas que assumiu a função de professor coordenador.

➤ **Do professor designado**

O professor designado deverá ter complementação de carga horária para a função de professor orientador de estudos no mesmo componente curricular. O professor designado no ensino regular em conteúdos afins que constam em seus certificados e diplomas, que ainda tiver carga horária incompleta, por já estar designado no componente curricular, deverá compor o quadro de profissionais da Educação Integral e Integrada para a função de professor orientador de estudos. Seu Q.I. deverá ser mesclado. Caso o professor não tenha perfil ou disponibilidade, a escola deverá realizar os procedimentos de designação para a função normalmente.

O professor designado no ensino regular que ainda tiver carga horária incompleta poderá compor o quadro da Educação Integral e Integrada para a função de professor de oficinas, desde que participe da designação para tal função. Poderá ser atribuída a exigência curricular ao professor designado na Educação Integral e Integrada.

Na composição e distribuição das aulas, as escolas poderão mesclar aulas de orientação de estudos e de oficinas em um único cargo, desde que o candidato

participe do processo de designação e atenda aos critérios de classificação da designação conforme Resolução SEE 3.995, de 24 de outubro de 2018. Caso o professor atenda os critérios, seu Q.I. deverá ser mesclado.

7.1 Quantitativo de estudantes, turmas e professores na Educação Integral e Integrada no Ensino Fundamental

Os números apresentados adiante no comporta da escola para Educação Integral e Integrada têm como objetivo viabilizar a Política de Educação Integral e Integrada em Minas Gerais. Assim, é importante que as escolas em se esforcem para atender o maior número possível de turmas/estudantes.

Comporta da Escola para Educação Integral e Integrada			
Turmas	Quantidade de Professores (Máximo)	Coordenadores	Campo de Integração Curricular Ofertados (Máximo)
1	3	0	3
2	4	0	3
3	5	0	3
4	7	1	4
5	8	1	4
6	10	1	4
7	10	1	4
8	12	1	5
9	12	1	5
10	13	1	5

As situações que não se encontram contempladas no quadro acima serão analisadas, após parecer favorável da Superintendência Regional de Ensino e do Serviço de Inspeção Escolar, podendo ser aprovadas ou não pela Coordenação de Educação Integral e Integrada.

Ratificamos que os professores, tanto de “Orientação de Estudos” quanto os

professores de “oficinas”, poderão assumir mais de uma atividade e/ou oficina. Deverão ser lançados editais específicos para cada atividade/oficina do Campo de Integração Curricular, bem como de orientações de estudos, e mesclar o Q.I. no caso de uma designação de um único professor em mais de uma atividade.

7.2 Distribuição da carga horária

As escolas estaduais que aderirem à Política de Educação Básica Integral e Integrada em 2019 deverão ofertar a carga horária mínima de 20 horas aulas semanais, sendo:

CAMPOS DE INTEGRAÇÃO CURRICULAR - OBRIGATÓRIOS	HORAS/AULA
Acompanhamento Pedagógico (foco na alfabetização e letramento e em Língua Portuguesa)	04
Acompanhamento Pedagógico (foco na Matemática)	04
Acompanhamento Pedagógico (Biblioteca e Espaços de Leituras)	02
Educação para a cidadania e Direitos Humanos	02
CAMPOS DE INTEGRAÇÃO CURRICULAR – ESCOLHA DOS ESTUDANTES E ESCOLA	HORAS/AULA
Pesquisa e Inovação Tecnológica	08
Esporte e Lazer	
Cultura e Artes	
Memórias e Histórias das comunidades tradicionais	
Educação Ambiental e Agroecologia	
TOTAL	20

✓ O acompanhamento do horário de almoço na Educação Integral e Integrada

A escola deverá verificar o horário da Educação Integral e Integrada e a necessidade do professor no acompanhamento do almoço. A escola que utilizar um professor por turma para acompanhamento do almoço deverá ter atenção ao comporta, conforme

quantitativo de turmas de Educação Integral e Integrada.

A carga horária **mínima** do almoço é de 1 hora por dia, sendo um total de 5 horas por semana, ou seja, deverá acrescentar 6 módulos/semana para o professor que acompanhar este período. A carga horária **máxima** do almoço é de 1 hora e 30min por dia, sendo um total de 7 horas e 30 minutos na semana, ou seja, 9 módulos/semana para o professor que acompanhar este período.

Não é necessário ser descrito no Q.I. o horário de acompanhamento do almoço, e deverá ser registrado número de módulo que o professor foi designado para o Campo de Integração Curricular/ atividade acrescido do número de módulos do almoço de sua responsabilidade no mesmo Campo de Integração Curricular/atividade.

A Superintendência Regional de Ensino, através do Serviço de Inspeção Escolar deverá analisar e deferir a carga horária que a escola contemplará para o acompanhamento do almoço.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este documento foi elaborado com o intuito de nortear a implementação da Educação Integral e Integrada nas escolas estaduais mineiras em 2019, de forma que a Política amplie e fortaleça o trabalho que já tem sido realizado nessas escolas para a melhoria da aprendizagem de seus estudantes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CADERNO DE ORIENTAÇÕES PEDAGÓGICAS – Versão I Programa Novo Mais Educação. Ministério da Educação, Brasília, 2017. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/agosto-2017-pdf/70831-pnme-caderno-de-orientacoes-pedagogicas-pdf/file>. Acesso em: fev. 2019.

EDUCAÇÃO INTEGRAL – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Disponível em: <http://educacaointegral.mec.gov.br/>. Acesso em: fev. 2019.

CENTRO DE REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO INTEGRAL – CONTEÚDOS PEDAGÓGICOS EXPERIÊNCIAS. Disponível em: <http://educacaointegral.org.br/experiencias/>. Acesso em: fev. 2019.

CADERNOS PEDAGÓGICOS – PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO, Ministério da Educação. Disponível em: <http://educacaointegral.mec.gov.br/biblioteca#cadernos>. Acesso em: fev. 2019.